

**AS ESTRATÉGIAS DAS NOVAS CENTRAIS  
SINDICAIS E O DEBATE SOBRE A  
REVITALIZAÇÃO DO SINDICALISMO  
BRASILEIRO**

Patrícia Rocha Lemos<sup>1</sup>  
pat.csrp@gmail.com

Ellen Gallerani Corrêa<sup>2</sup>  
ellengallerani@uol.com.br

**Introdução**

O presente artigo tem como objetivo compreender determinados aspectos da atuação de duas recentes centrais sindicais brasileiras – a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT) – à luz das categorias desenvolvidas nos estudos sobre revitalização sindical. A criação dessas duas organizações em 2007 é compreendida aqui como parte de um processo de reorganização da cúpula sindical brasileira que ocorreu na década de 2000. Essa reorganização teve início

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais na Unicamp.

<sup>2</sup> Professora do IFSP e doutoranda em Ciência Política pela Unicamp.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

com a cisão ocorrida no interior da Central Única dos Trabalhadores (CUT), quando setores descontentes com a política do governo federal e a postura de colaboração da central decidiram pela criação da Conlutas, em 2004, e da Intersindical, em 2006.

Já as demais mudanças foram impulsionadas principalmente pela discussão em torno da Reforma Sindical ocorrida durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) à frente da presidência da República, que culminou na aprovação da Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais em 2008. Essa Lei definiu como atribuições e prerrogativas das Centrais Sindicais brasileiras:

- I – coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas; e
- II – participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores<sup>3</sup>.

Contudo, a obtenção do reconhecimento depende do cumprimento de critérios de representatividade baseados na distribuição dos sindicatos filiados nos estados e categorias e no número de sindicatos filiados e de trabalhadores na base. Atingidos os critérios, a lei garante às centrais não apenas o direito à representação formal e participação nos fóruns tripartites, mas também 10% do imposto sindical recolhido na base dos sindicatos. Como o recebimento da contribuição sindical depende de código fornecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), resulta que, necessariamente, a central sindical deverá submeter ao mesmo seu pedido de registro ou reconhecimento.

---

<sup>3</sup> Lei Nº 11.648, de 31 de março de 2008. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm). Acesso em: 17 jun. 2016.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

Impulsionada pela perspectiva de aprovação dessa lei e seus benefícios, a Corrente Sindical Classista (CSC) rompeu em 2007 com a CUT e, juntamente com outros setores sindicais, criou a CTB, no mesmo período em que correntes do movimento sindical se unificaram para criar a UGT. Apenas a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), fundada em 2004, permaneceria na sua antiga configuração até meados de 2011 (GALVÃO, 2009, 2010). Em 2005, já havia sido criada também a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), por iniciativa das confederações excluídas da discussão da Reforma Sindical no Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Por fim, em 2011, um grupo de sindicalistas rompeu com a CGTB e se incorporou à Central de Sindical de Profissionais (CSP), fundada em 2008, alterando oficialmente seu nome para Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) em 2012.

Analisaremos nesse artigo apenas duas das centrais criadas nesse período: a CTB e a UGT. Ainda que tenham motivos semelhantes para a sua criação, entendemos que a comparação entre elas pode ser interessante porque, como veremos adiante, têm origem em diferentes tradições ideológicas que, na década de 1990, se posicionaram em polos opostos da disputa sindical brasileira. Além disso, desde seu surgimento, ambas têm crescido significativamente. Utilizaremos como referência algumas categorias formuladas a partir de estudos comparativos sobre a revitalização sindical nos países europeus.

O artigo se divide em quatro partes principais. Em primeiro lugar, apresentamos o contexto do debate sobre recuperação ou revitalização sindical no Brasil atual. Em seguida, discutimos as categorias desenvolvidas pela teoria da revitalização que apoiam a análise e, na terceira parte, abordamos o caso das referidas centrais e suas estratégias. Por fim, levantamos algumas questões para pensar a revitalização sindical a partir do caso brasileiro e apontamos algumas problematizações acerca do referencial teórico utilizado.

### **O debate sobre a revitalização do sindicalismo no Brasil**

O debate sobre a recuperação ou revitalização do sindicalismo surgiu após um contexto internacional fortemente adverso para a ação sindical e marcado, entre outros fatores, por dificuldades de mobilização dos sindicatos, pela diminuição do número de greves e pela queda nas taxas de sindicalização. Esse momento ficou conhecido como “crise” ou “declínio” do sindicalismo. Na Europa e nos Estados Unidos, essa crise teria se evidenciado na década de 1980, atingindo o Brasil principalmente na década de 1990.

A partir dos anos 2000, cresce no Brasil o número de estudos com o objetivo de reavaliar a tese da crise do sindicalismo, ressaltando aspectos que poderiam indicar uma possível superação desta situação. Este debate foi motivado tanto por mudanças econômicas na conjuntura nacional quanto por uma visão de que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), partido historicamente aliado dos trabalhadores, teriam alterado as condições para a ação sindical no país. Contrariando a tese do declínio irreversível do sindicalismo<sup>4</sup>, Boito e Marcelino (2010) compreendem as greves do período 2004-2008 como um indício de recuperação da atividade sindical no País. Dentre as principais características deste ciclo estariam: o número relativamente elevado de greves e grevistas (cerca de 300 greves por ano até 2007 e 411 greves em 2008); o caráter ofensivo da maioria dessas greves, ou seja, que visam à garantia de novas conquistas e o seu desfecho bem-sucedido com a obtenção total ou parcial das reivindicações.

---

<sup>4</sup> Esta tese foi difundida no Brasil, sobretudo, pelo trabalho de Leôncio Martins Rodrigues (2002) denominado *Destino do Sindicalismo*.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

Analisar os aspectos de uma possível revitalização do sindicalismo brasileiro também foi o objetivo do artigo de Cardoso (2015). O autor afirma que a dinâmica do sindicalismo deve ser analisada em suas várias dimensões e, enquanto determinados indicadores apontariam para a presença de uma crise (queda na taxa de filiação<sup>5</sup>, criação de postos de trabalho de má qualidade e fragmentação da representação sindical na base), outros acenariam para um momento de reforço do ativismo sindical (aumento das greves e de negociações coletivas com saldo positivo para os trabalhadores, competição entre as centrais sindicais e ampliação da sua participação institucional). Entretanto, este incremento no ativismo não foi suficiente para promover mudanças na estrutura sindical. Este quadro teria conduzido o sindicalismo brasileiro a um paradoxo: por um lado, tem-se o fortalecimento de algumas centrais sindicais e, por outro, a fragilização dos sindicatos de base, que têm se mostrado incapazes de atrair novos membros, correndo o risco de vivenciar um processo de oligarquização.

Compartilhando preocupações semelhantes, Galvão (2014) afirmou que a retomada das greves e a celebração de acordos coletivos com cláusulas favoráveis aos trabalhadores contrastam com a permanência de características que estimulam a dependência do sindicalismo em relação ao Estado, tais como: a manutenção da estrutura sindical corporativa, a extensão do imposto sindical às centrais sindicais e a prioridade dada pela maioria destas últimas à participação institucional e ao sindicalismo de parceria social. A combinação destes fatores teria resultado na moderação política, especialmente devido ao governo aliado, e na limitação da autonomia sindical, aspectos que não permitiriam afirmar a existência de um processo de revitalização.

---

<sup>5</sup> Essa queda é de 19,3% em 2001 para 16,6% em 2013, segundo os dados da PNAD (CARDOSO, 2015).

**Teoria da revitalização sindical e as particularidades do contexto  
brasileiro**

Na bibliografia internacional, diversos trabalhos analisam esse novo momento do sindicalismo, procurando identificar elementos de uma possível revitalização. No intuito de compreender as respostas das organizações sindicais aos desafios colocados pelo contexto de crise, pesquisadores como Carole Frege, John Kelly e Lowell Turner têm aprofundado a análise das (novas) estratégias empreendidas pelos sindicatos em diferentes países<sup>6</sup>. Em diálogo, mas buscando diferenciar-se das abordagens teóricas clássicas das relações industriais e das variedades de capitalismo, essa perspectiva tem como foco a estratégia dos atores e busca identificar as formas pelas quais foram construídas alternativas ao problema do declínio sindical. Do ponto de vista desses autores, reverter esse cenário traz a necessidade de articulação de um foco estratégico com uma perspectiva mais ampla a respeito das reformas necessárias à construção do poder político dos sindicatos (TURNER, 2004, p. 02). No âmbito dessa literatura, os sindicatos, apesar de constrangidos pelo contexto político, econômico e institucional, são compreendidos como atores estratégicos, cuja ação é fruto da inter-relação entre esse contexto, suas escolhas e suas identidades sindicais.

A análise comparativa realizada por essa bibliografia identificou seis tipos principais de estratégias que teriam dinamizado, em alguma medida, a atividade sindical naqueles contextos<sup>7</sup>. A primeira estratégia, denominada

---

<sup>6</sup> A pesquisa foi realizada inicialmente em cinco países: Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos, Itália e Espanha.

<sup>7</sup> Estratégia é aqui entendida como as iniciativas e ações mais substanciais e que foram concebidas como meio para a consecução de objetivos específicos e que abrangem a maior parte das relações entre o sindicato e outros atores sociais. Os autores, nas estratégias desenvolvidas,

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

organização, refere-se principalmente à dimensão da adesão dos membros e, portanto, envolve as ações voltadas ao crescimento do número de membros, ao crescimento da densidade sindical e à apropriação pelo sindicato das mudanças na composição de sua base e da força de trabalho em geral. Nesse sentido, ela pode resultar no aumento de recursos para o sindicato e também ter implicações na sua legitimidade, representatividade e aumentar o poder de barganha do trabalho.

A estratégia de parceria com empregadores, por sua vez, está relacionada ao desenvolvimento de instituições e acordos de parceria social em diferentes níveis. Ela envolve tanto o poder econômico como a capacidade política dos sindicatos, e pode permitir que protejam ou desenvolvam instituições de negociação e até busquem novos interesses. Por um lado, ela pode melhorar condições de trabalho e emprego, porém, na medida em que os sindicatos encarnem o desejo de cooperação com o patronato, essa estratégia pode corroer uma imagem de militância conflitiva e, portanto, reduzir o protagonismo político sindical.

A terceira estratégia, de ação política, está voltada para influenciar o governo e a legislação trabalhista em uma direção favorável aos trabalhadores e, no caso brasileiro, é praticamente inseparável da ação de parceria, como veremos posteriormente. Ela envolve a interação com os diferentes níveis de governo em três arenas de atividade: eleições, legislação e implementação de políticas. Essa ação, através, por exemplo, da atuação em questões sociais, pode também ampliar os recursos de poder institucional e facilitar a coalisão com outros atores sociais.

---

escolheram não analisar três áreas: contribuição da atividade grevista, educação dos membros e serviços individuais (FREGE, KELLY, 2004, p. 32-33).

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

Já a estratégia da reestruturação sindical envolve os processos de fusão entre sindicatos, estreitamento de relações entre confederações e reestruturação interna das entidades sindicais. Essa estratégia pode aumentar o poder político e econômico ao diminuir a fragmentação e competição entre sindicatos. Além disso, um processo de descentralização da organização sindical pode incentivar a participação dos membros da base e contribuir para o aumento da densidade sindical. No caso da presente análise, a reestruturação sindical está sendo compreendida a partir do próprio processo de reorganização da cúpula sindical que culminou na criação da UGT e da CTB.

A estratégia de construção de coalizões com outros movimentos sociais está relacionada à disposição em aumentar o poder sindical, atuando conjuntamente na sociedade civil e representando uma gama mais ampla de interesses, identidades e reivindicações. Essa estratégia pode ampliar a rede sindical, auxiliar na realização de campanhas e difundir os objetivos e interesses de segmentos da força de trabalho anteriormente mal representados.

Por fim, a estratégia de ação sindical internacional está vinculada ao cenário de crescente globalização e mobilidade do capital e, por isso, visa à construção de solidariedade diante das crescentes cadeias internacionais de produção. Ela possibilita uma maior troca de informações sobre as corporações multinacionais e a realização de campanhas internacionais, reforçando a mobilização dos membros e o poder de negociação em determinadas instituições. Nesse artigo, optamos por não analisar a estratégia internacional, pois isso envolveria a investigação das organizações sindicais internacionais que estão fora do escopo dessa pesquisa.

Essas seis estratégias apresentadas abrangem as relações que os sindicatos mantêm com outros atores-chaves tais como trabalhadores, empregadores, Estado, movimentos sociais e movimentos sindicais de outros

países. À luz destas categorias produzidas pela teoria da revitalização sindical, elaboradas a partir da comparação entre os países mencionados anteriormente, pretendemos analisar a experiência da CTB e da UGT, articulando sua atuação com suas tradições ideológicas e considerando os constrangimentos causados tanto pela estrutura sindical quanto pelas características do mercado de trabalho no Brasil. Deste modo, ainda que dentro de um mesmo país, nosso estudo também é construído por meio de uma comparação.

Em relação ao contexto institucional brasileiro, é importante destacar que as relações de trabalho no Brasil, até o momento, caracterizam-se por um modelo legislado, ou seja, a lei predomina sobre os acordos coletivos e sobre o poder discricionário das empresas (NORONHA, 2000). Contudo, apesar da existência de extensa legislação<sup>8</sup>, a regulação do trabalho tem sido marcada pela forte adaptabilidade do patronato às diferentes conjunturas econômicas. De acordo com Oliveira, essa condição de adaptabilidade está relacionada à flexibilidade já existente na legislação, ao descumprimento das normas públicas e coletivas ou, ainda, às restrições à atuação das entidades sindicais (OLIVEIRA, 1998 *apud* KREIN, 2007, p. 12). Desse modo, podemos constatar que a legislação trabalhista convive com regras de contratação e de dispensa bastante flexíveis. Esse quadro contribui significativamente para a manutenção de algumas características históricas do mercado de trabalho brasileiro como a alta rotatividade, os baixos salários e os elevados índices de informalidade.

A organização coletiva dos trabalhadores também é regulada pela CLT e, ainda que tenha passado por alterações, especialmente na Constituição de 1988 e, recentemente, com a Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais de 2008, mantém seus pilares fundamentais. Persiste, portanto, o registro obrigatório dos

---

<sup>8</sup> A legislação que regula as relações de trabalho e a organização sindical no Brasil é a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) criada em 1943 durante o governo de Getúlio Vargas.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

sindicatos perante o Estado, a unicidade sindical (princípio que determina o reconhecimento de um sindicato único por ramo ou categoria profissional), os tributos impostos a todos os trabalhadores da base do sindicato único e a intervenção da Justiça do Trabalho no conflito entre capital e trabalho (BOITO, 1991; ANTUNES, 1991; POCHMANN, 1998).

**As novas centrais sindicais brasileiras em perspectiva comparada: as estratégias da CTB e da UGT**

Frege e Kelly (2004, p. 39), fundamentando-se na teoria de Richard Hyman, destacam o papel das identidades sindicais como potenciais determinantes da estratégia sindical. Na linguagem da teoria dos movimentos sociais, essas identidades constituem a visão de mundo coletiva dos dirigentes sindicais e influenciam na definição tanto das questões e problemas quanto das formas de ação consideradas legítimas e factíveis. Com base nessa orientação, apresentaremos a seguir aspectos importantes do surgimento e do desenvolvimento histórico das centrais sindicais e elementos políticos e ideológicos que as caracterizam.

A CTB foi fundada em 2007 pela Corrente Sindical Classista (CSC), dirigida majoritariamente pelo PCdoB, pela corrente Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB), vinculada ao PSB, e por sindicalistas ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) ligados a diversos partidos, tais como PSB, PPS, PV, PMDB e PP, ou sem filiação partidária. Apesar da heterogeneidade político-sindical das tendências que formaram a CTB, seus princípios e objetivos se inspiram naqueles historicamente defendidos pela CSC. Nos anos 1980, essa corrente compunha a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e se caracteriza, principalmente, pela defesa intransigente da unicidade e do imposto sindical, em

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

contraposição aos setores que criaram a CUT a partir do Conclat (Congresso da Classe Trabalhadora) de 1981. Em seu primeiro congresso, em 1990, a CSC definiu o rompimento oficial com a CGT e aprovou uma política de aliança prioritária com a CUT e a abertura das negociações para uma unificação orgânica com essa central. Segundo Costa (1995), em menos de um ano, a CSC conseguiu se estruturar em vinte estados brasileiros.

De acordo com o dirigente da CTB entrevistado, até a gestão de 2003, a CSC possuía cerca de 25% dos sindicatos que compunham a CUT, porém não tinha o espaço necessário para difundir suas ideias e definir os rumos da central. Segundo o sindicalista, a CTB, em 2008, contava com cerca de 440 sindicatos filiados. A falta de espaço no interior da CUT para uma corrente com a amplitude da CSC somou-se à divergência entre as duas tendências a respeito da unicidade sindical, na medida em que a CSC defende, desde sua criação, a unicidade e a CUT o pluralismo sindical: “Queremos que haja um só sindicato por categoria, enquanto a CUT admite que haja vários sindicatos. Isso enfraquece o movimento sindical” (Dirigente da CTB, 2013).

Diferentemente da Intersindical e da CSP-Conlutas, outras duas centrais sindicais criadas a partir de dissidências com a CUT, a CTB, desde o primeiro mandato de Lula, compôs a base de aliança dos governos petistas e constrói o apoio às candidaturas do PT em suas bases. Para essa central, o movimento sindical “pode contribuir para a construção de uma nova maioria política no país, progressista, identificada com o projeto de desenvolvimento com valorização do trabalho e comprometida com os avanços sociais que almejamos” (CTB, 2009, p. 19). Essa nova maioria, por sua vez, seria composta por uma ampla gama de atores sociais: “A base política e social em que essa nova maioria deve ser alicerçada compreende o conjunto da classe trabalhadora, os partidos políticos progressistas, as centrais sindicais e demais organizações que compõem os

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

movimentos sociais, a intelectualidade progressista e setores do empresariado”  
(CTB, 2009, p. 19).

Ainda que a CTB tenha em comum com a maioria das centrais sindicais brasileiras a defesa da estrutura sindical e entenda a unicidade como sinônimo de unidade do movimento sindical, sua origem nos setores comunistas tem mantido raízes ao menos em seu discurso. Em seu documento de princípios e objetivos, a CTB reafirma o papel fundamental do trabalho no capitalismo como fonte de valor e de riqueza e a leitura da sociedade dividida em classes sociais. É com base nessa visão que a central reivindica a tradição classista do movimento operário e coloca como objetivo a luta contra a sociedade capitalista, baseada na exploração. Defende, portanto, a transformação social a partir da construção do socialismo “fundado na soberania e valorização da classe trabalhadora, com as cores e a cara do Brasil” (CTB, 2008).

A UGT foi fundada em julho de 2007 em um Congresso na cidade de São Paulo que reuniu cerca de 3.400 delegados, representando 623 entidades sindicais. A criação dessa central se deu a partir da “fusão” de três outras centrais: a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Social Democracia Sindical (SDS), a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) e alguns setores independentes. A UGT, assim como a CSC, tem origem em um dos setores que, em 1981, participou do primeiro Conclat e que formava, na época, a tendência política denominada “Unidade Sindical” e que, depois, criou a CGT em 1986. Essas correntes caracterizavam-se pela defesa da prudência nas mobilizações, rejeição à ideia de greve geral e pela oposição à Convenção 87 da OIT<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> De acordo com a consagrada Convenção nº 87 da OIT de 1948, que discorre sobre a liberdade sindical e a proteção ao direito de sindicalização, “as organizações de trabalhadores e de entidades patronais, sem distinção de qualquer espécie, têm o direito, sem autorização prévia, de constituírem organizações de sua escolha, assim como o de se filiarem nessas organizações”. Até o momento, o Estado brasileiro não ratificou esta convenção.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

Defendiam também uma transição pacífica da ditadura e a manutenção da estrutura sindical. (RODRIGUES, 1991; COSTA, 1995). Atualmente, a UGT é a segunda maior central sindical do país e a maioria de suas entidades já foi filiada a outra central, principalmente à Força Sindical<sup>10</sup>.

Conforme entrevista com um dos membros de sua diretoria, a articulação dos setores que criaram a UGT se deu devido ao imperativo de atingir a representatividade exigida pela nova Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais. Isso porque adquirir representatividade seria a única garantia da presença dessas centrais nos espaços de diálogo social.

[...] o Lula abriu esse espaço pra que as centrais sindicais pudessem participar do diálogo nacional, ou seja, um governo mais participativo. [...] Aí surgiu realmente a ideia, dentro do governo, e especialmente dentro do Ministério do Trabalho, de se criar uma nova regra que as centrais sindicais para serem representativas elas deveriam atingir certos critérios, passar por certos critérios. Então nós aqui na antiga CGT, chegamos a conversar com essas três centrais sindicais, claramente, dizendo o seguinte: que vai sair uma legislação que vai colocar critérios de representatividade e nós não vamos passar por esses critérios; [...] só quem vai atingir é a CUT. Nem a Força Sindical conseguiria atingir, pelos primeiros critérios que foram apresentados. Então, assim, os presidentes dessas centrais, CGT, SDS e CAT se reuniram, chegaram a uma conclusão de que realmente teríamos que fazer uma incorporação dessas centrais sindicais (Dirigente A da UGT, 2013).

---

<sup>10</sup> A pesquisa realizada no 2º Congresso da UGT pelo Dieese, em 2011, confirma essa tendência: 55,4% dos delegados presentes eram vinculados a entidades que já foram filiadas a outras centrais anteriormente. Entre elas, 26,7% oriundas da Força Sindical; 21,5% da SDS; 18,3% da CUT; 17,7 da CGT; 10,6% da CAT (DIEESE, 2011).

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

De forma geral, a estratégia sindical da UGT carrega elementos da sua origem no sindicalismo “pelego”<sup>11</sup>, mais tradicional, que compunha a antiga CGT, assim como no sindicalismo de negócios, ou sindicalismo de resultados, que originou a Força Sindical. A UGT reconhece a greve como instrumento de luta dos trabalhadores quando não há canais de negociação com os patrões nas reivindicações econômicas, e até 2015 reafirmou sua posição de rejeição da greve geral como instrumento de luta política. Ao mesmo tempo em que a central critica as “orgias do financismo”, defende a descentralização do Estado e a liberdade do mercado (UGT, 2011). A UGT parece, portanto, herdar da antiga CGT e de outros setores que a formaram uma postura conservadora de conciliação de interesses, que enxerga os patrões como produtores e parceiros. Contudo, diferente do discurso presente na criação da Força Sindical, a UGT não rejeita a atuação político-partidária e valoriza bastante a atuação política nos fóruns e no Parlamento, como veremos na estratégia de ação política (LEMOS, 2014).

Analisaremos a seguir as estratégias desenvolvidas por essas duas centrais.

*Estratégia de organização*

A estratégia de organização deverá considerar para o caso brasileiro a evolução da taxa de sindicalização global, a filiação dos sindicatos às centrais sindicais, bem como a evolução dos índices de representatividade das centrais e sua composição. No que diz respeito à densidade sindical, sua medida como expressão da força dos sindicatos deve ser tomada com reservas para o Brasil

---

<sup>11</sup> Utilizamos aqui o termo pelego para referir-nos ao sentido político - ideológico forjado historicamente para fazer referência às lideranças que buscavam amortecer os conflitos entre capital e trabalho (TRÓPIA, 2009, p. 15, nota 1).

(CARDOSO, 2001). Isso porque o sindicato único de base territorial é o representante compulsório dos trabalhadores de sua base, que não necessitam se filiar ao sindicato para ter direito aos benefícios da negociação coletiva. Apesar disso, a filiação garante o acesso aos serviços assistenciais prestados pelos sindicatos e habilita os trabalhadores a eleger seus representantes.

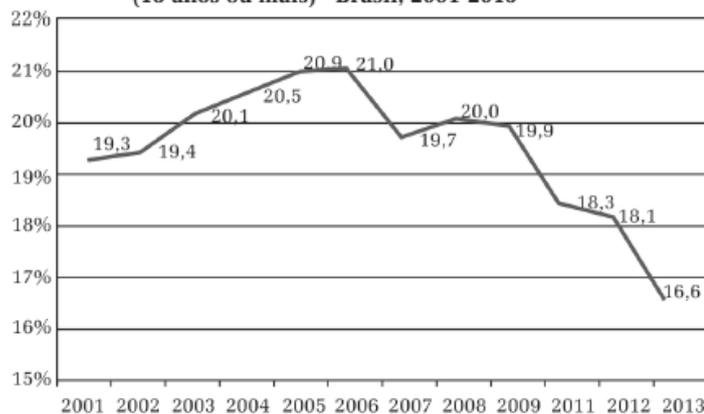
Ao longo da trajetória brasileira, é possível perceber diferentes movimentos em relação ao papel da filiação. Ao mesmo tempo em que a baixa filiação ou desfiliação foi e tem sido do interesse de parcelas das direções sindicais, enquanto uma forma de manter o controle sobre as eleições da entidade, as campanhas de filiação foram importantes instrumentos de fortalecimento das oposições e do movimento do novo sindicalismo na década de 1980, como sinal de força e representatividade. Em outros períodos, contudo, o aumento da filiação pode ser resultado da necessidade de acesso dos trabalhadores a uma determinada política pública, da qual o sindicato funciona como um intermediador<sup>12</sup>. Como aponta Cardoso (2001), “se a filiação sindical pode, em certos casos, representar a disposição organizativa de determinados sindicatos, por outro lado parece claro se tratar de medida muito aproximada, por vezes inadequada, do grau de proximidade dos sindicatos com seus representados e, por extensão, de sua representatividade”.

Ao tratar da densidade sindical no Brasil, estamos considerando a filiação sindical da população ocupada adulta, incluindo assim não apenas os trabalhadores assalariados. Se observarmos o Gráfico 1, podemos perceber que a dinâmica da filiação, no período 2001-2013, é de decréscimo.

---

<sup>12</sup> Esta é a hipótese levantada por alguns autores para explicar o aumento da sindicalização rural no Brasil durante a década de 2000, já que a filiação ao sindicato permite aos trabalhadores rurais se credenciarem para o acesso às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar promovidas pelo governo federal (RODRIGUES, RAMALHO, 2014; RODRIGUES, LADOSKY, 2015).

**Gráfico 1 – Taxa de filiação sindical da população ocupada adulta (18 anos ou mais) - Brasil, 2001-2013**



Fonte: Microdados da PNAD (Cardoso, 2015, p. 496).

Apesar do decréscimo da filiação, aumenta no período o número de sindicatos existentes. Em 2001, o IBGE apontava a existência de 7,7 mil sindicatos ao passo que, em 2015, o MTE declarou a existência de 10.813 sindicatos de trabalhadores com base nos dados de 2014 (CARDOSO, 2015, p. 494). Paralelo ao aumento no número de sindicatos elevou-se também a quantidade deles filiada a centrais sindicais. Segundo o censo sindical do IBGE, em 2001, apenas 38% dos sindicatos se declaravam filiados a uma das centrais sindicais então existentes. Já em 2015, segundo o MTE, 74% dos sindicatos ativos de trabalhadores<sup>13</sup> eram filiados a uma das centrais sindicais brasileiras (CARDOSO, 2015, p. 498).

Dentre os sindicatos filiados a centrais sindicais, interessa-nos olhar para o movimento de sua distribuição entre essas entidades. Os dados parecem indicar que a nova legislação de reconhecimento não apenas impulsionou a

---

<sup>13</sup> De acordo com a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) cerca de 50 milhões de trabalhadores são representados por essas entidades. Além disso, mais de oito mil entidades sindicais representam trabalhadores urbanos e quase três mil abrangem trabalhadores rurais (DIEESE, 2017).

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

criação de novas centrais, como também acirrou a disputa entre elas pela filiação de sindicatos (GALVÃO, 2014; CARDOSO, 2015). A partir de 2008, como exigência para o reconhecimento, passa-se a realizar uma aferição frequente do índice de representatividade das centrais, como mostra a Tabela 1<sup>14</sup>.

**Tabela 1.** Evolução do índice de representatividade das centrais sindicais reconhecidas legalmente no período 2008-2016 (%)

| Central | 2008 <sup>1</sup> | 2009  | 2010  | 2011  | 2012              | 2013  | 2014              | 2015 <sup>4</sup> | 2016 <sup>5</sup> |
|---------|-------------------|-------|-------|-------|-------------------|-------|-------------------|-------------------|-------------------|
| CUT     | 35,84             | 36,79 | 38,23 | 38,32 | 36,7              | 35,60 | 34,39             | 31,73             | 30,40             |
| FS      | 12,33             | 13,10 | 13,71 | 14,12 | 13,7              | 13,80 | 12,59             | 10,82             | 10,08             |
| UGT     | 6,29              | 7,19  | 7,19  | 7,89  | 11,3              | 11,20 | 11,92             | 10,30             | 11,29             |
| NCST    | 6,27              | 5,47  | 6,69  | 7,04  | 8,1               | 8,10  | 8,01              | 7,65              | 7,45              |
| CTB     | 5,09              | 6,12  | 7,55  | 7,77  | 9,2               | 9,20  | 9,33              | 10,36             | 10,08             |
| CGTB    | 5,02              | 5,02  | 5,04  | 7,02  | 3,82 <sup>2</sup> | 2,98  | 2,76              | 2,55              | 1,88              |
| CSB     | -                 | -     | -     | -     | -                 | -     | 7,43 <sup>3</sup> | 7,15              | 8,15              |

Fonte: Corrêa e Lemos (2016, p. 11) a partir das publicações do MTE no Diário Oficial da União (DOU).

<sup>1</sup> Nos 24 meses após a publicação da Lei nº 11.648 de 31 de março de 2008, o índice mínimo de representatividade exigido foi de 5%.

<sup>2</sup> Em 2012, a CGTB perdeu representatividade e deixou de ser reconhecida legalmente. A partir de então, seus dados foram extraídos do portal do MTE, pois apenas os índices das centrais reconhecidas são divulgados no DOU.

<sup>3</sup> A CSB atinge o índice mínimo de representatividade para ser reconhecida na aferição de 2014, mas este não é publicado no DOU, porém consta no portal do MTE.

<sup>4</sup> Em 2015, foram divulgadas duas aferições no DOU. Os dados da tabela são da aferição divulgada em 31 de março 2015 pelo MTE e publicada no DOU em 09 de abril de 2015.

<sup>5</sup> Aferição publicada no DOU em 01 de abril de 2016, referente ao próprio ano de 2016.

---

<sup>14</sup> Esse índice é calculado a partir da seguinte fórmula:  $IR = TFS / TSN * 100$ , onde: IR = índice de representatividade; TFS = total de trabalhadores filiados aos sindicatos integrantes da estrutura organizativa da central sindical, TSN = total de trabalhadores sindicalizados em âmbito nacional.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

A partir da Tabela 1, podemos observar que tanto a UGT como a CTB tem tido um crescimento significativo desde sua criação, com pequeno decréscimo em 2013, 2015 e 2016 no caso da UGT e, em 2016, no caso da CTB. Contudo, para todo período, ambas cresceram 5% desde sua fundação. A UGT chega em 2016 ao posto de segunda maior central sindical, atrás apenas da CUT. Também a CTB teve um crescimento expressivo que a coloca atualmente com representatividade igual à da Força Sindical, central que polarizou o campo sindical com a CUT desde seu surgimento em 1991.

A partir dos dados apresentados, percebemos que esse crescimento advém tanto pela filiação de sindicatos nunca antes filiados a centrais sindicais, mas também pela disputa e deslocamento da filiação de alguns sindicatos, o que evidencia o processo de concorrência entre as centrais. Em pesquisa realizada em 2009, no 2º Congresso Nacional da CTB, 91% das entidades presentes já haviam sido filiada à CUT. Já os sindicatos da UGT têm origem não apenas nas centrais que se unificaram na sua criação (CAT, SDS e CGT) como também uma parcela teve passagem de filiação pela Força Sindical<sup>15</sup>.

A disputa pelo reconhecimento e pelas vantagens que advém dele revelam um processo de diferenciação e disputa entre organizações de cúpula. É assim que, na tentativa de garantir uma determinada fatia do “mercado sindical”, as centrais vão atuar para ampliar sua representação em determinados setores econômicos. A partir da desagregação dos dados da Aferição de 2014, disponibilizados pelo MTE, Rodrigues, Ladosky e Bicev (2015, p. 55-56) afirmam que a CTB possuía, naquele ano, 1.116.340 trabalhadores filiados, sendo 39,8% no setor rural, 22,3% na educação, 15,9% no comércio e serviços, 9,1% na indústria, 8,2% no setor público e 4,3% na saúde. Na distribuição entre

---

<sup>15</sup> Segundo pesquisa realizada na 1ª Plenária Nacional da UGT, em 2009, 13% das entidades participantes anteriormente filiadas à outra central eram oriundas da Força Sindical.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

as regiões do País, 48,1% dos trabalhadores filiados estavam na região Nordeste, 23,7% no Sudeste, 23,3% no Sul, 3,0% no Norte e 1,6% no Centro-Oeste (RODRIGUES, LADOSKY, BICEV, 2015, p. 59). Esses dados corroboram com o discurso da direção da central que ressaltou sua presença histórica no estado da Bahia e o seu crescimento no sindicalismo rural.

É importante ressaltar que a CTB tem crescido justamente entre a categoria de trabalhadores rurais não assalariados, cuja sindicalização mais cresceu nas últimas duas décadas. Segundo Rodrigues e Ladosky (2015), as políticas sociais de apoio à agricultura familiar tiveram um forte impacto nas taxas de sindicalização rural. Para acessar os programas federais, o agricultor deve comprovar o seu enquadramento como “agricultor familiar” e, para tanto, precisa obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é emitida principalmente pelas organizações representativas de agricultores: sindicatos rurais, associações e cooperativas. A partir de dados da Pnad/IBGE para o período 1992-2013, os autores demonstram que enquanto a sindicalização urbana decresceu de 23% para 15%, a sindicalização rural aumentou de 17% para 24%. Ao separar os trabalhadores rurais em assalariados e não assalariados, os autores afirmam ainda que enquanto a sindicalização dos primeiros permaneceu estável, a dos segundos cresceu de 18% para 30%.

A criação da CTB foi, inclusive, um dos fatores que motivou a desfiliação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), maior organização sindical rural do Brasil, da CUT. Assim como a CSC, a Contag sempre foi uma defensora histórica da unicidade. Com a criação, por uma parcela dos segmentos rurais cutistas, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), em 2001, e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil), em 2004, instituiu-se no interior da CUT um duplo sistema de representação

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

para os agricultores familiares (MEDEIROS, 2014) – o sistema Fetraf e o sistema Contag –, colocando em questão o princípio da unicidade sindical.

Como consequência, em seu 10º Congresso Nacional, realizado em 2009, a Contag aprovou a desfiliação da CUT, posição que era defendida internamente por sindicalistas rurais da CSC, SSB, e por sindicalistas independentes (Medeiros, 2014). Após a desfiliação, a direção da Contag passou a ser composta tanto por sindicalistas oriundos da CUT quanto da CTB, mantendo uma situação de equilíbrio entre as duas centrais em sua executiva nacional (RODRIGUES, LADOSKY, 2015).

Já se olharmos para a atuação da UGT, os mesmos dados da Aferição de 2014 demonstram que, naquele ano, a central possuía 1.141.771 trabalhadores filiados sindicatos, sendo 83,2% no setor de comércio e serviços, 7,3% no setor público, 5,0% no setor rural, 3,4% na saúde e 0,9% na educação (RODRIGUES, LADOSKY, BICEV, 2015, p. 55-56). Na distribuição entre as regiões do País, 50,7% dos seus trabalhadores filiados estavam na região Sudeste, 19,7% no Nordeste, 17,8% no Sul, 7,3% no Norte e 4,3% no Centro-Oeste (RODRIGUES, LADOSKY, BICEV, 2015, p. 59). Os dados confirmam, portanto, a predominância do setor de comércio e serviços já revelada na distribuição dos presentes no Congresso de 2011, no qual 51% das entidades participantes eram do setor de serviços e 16% do comércio (DIEESE, 2011).

Essa distribuição da UGT parece expressar uma estratégia de filiação da central que busca o crescimento naqueles segmentos menos valorizados pelas demais centrais, como demonstra o discurso do seu presidente:

Esse crescimento que nós tivemos foi basicamente com os trabalhadores da base da pirâmide: homens e mulheres do comércio, homens e mulheres da padaria, homens e mulheres que eram considerados de segunda categoria. Nós queremos políticas públicas para que os trabalhadores sejam considerados cidadãos do nosso país. A UGT quer trazer

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

definitivamente o respeito para todos os trabalhadores e  
trabalhadoras do Brasil (PATAH, 2011).

É possível observar, então, que tanto a CTB quanto a UGT tem desenvolvido estratégias de ampliação de sua base de sindicatos filiados no interior de segmentos pouco valorizados, numérica ou politicamente, nas centrais mais antigas. Se por um lado a CTB tem investido no sindicalismo rural, a UGT tem crescido principalmente naqueles setores tradicionalmente menos organizados e que mais crescem em postos de trabalho: o setor de serviços e comércio.

*Estratégia de parceria e de ação política*

A parceria com o empresariado, no caso brasileiro, é em sua grande parte mediada pela relação com o Estado. Como a negociação coletiva, de acordo com a legislação sindical, é de competência dos sindicatos, federações e confederações, a representação dos trabalhadores pelas centrais sindicais, aspecto que nos interessa aqui, ocorre basicamente através dos espaços de diálogo social promovidos pelo governo federal. A difusão e ampliação da participação institucional, por meio da criação de conselhos, fóruns e conferências, são consideradas uma das principais marcas dos governos do PT (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014). Dentre estes espaços, destacam-se o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) – criado em 2003 para discutir, entre outros temas, as reformas da previdência, tributária, trabalhista e sindical – e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) – criado no mesmo ano para discutir especificamente as reformas trabalhista e sindical.

De um modo geral, houve uma ampla presença das centrais nos conselhos de políticas públicas (Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - SPETR; Sistema Único de Saúde - SUS; e de outros espaços em que se discutem e se

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

deliberam questões que afetam os trabalhadores) e na gestão de fundos públicos (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat e Conselho Deliberativo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS) (DIEESE, 2017). Tanto a CTB quanto a UGT estiveram presentes nestes espaços, assim como em diversos outros, tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, Conselho Nacional da Juventude e Conselho Nacional de Imigração etc.

Apesar da ocupação de assentos nos espaços de diálogo social ser um elemento de convergência na estratégia das referidas centrais, observamos diferentes entendimentos entre elas a respeito das potencialidades destas instâncias. A CTB, por exemplo, apresenta uma visão crítica com relação ao caráter consultivo e não deliberativo dos conselhos e fóruns, o que nos parece justificar a pouca referência à participação institucional nos documentos da central.

[...] uma coisa importante que nós consideramos, diferente inclusive do que governos como Fernando Henrique é que as centrais sindicais participam hoje de vários conselhos importantes do governo. Agora, nós participamos, damos sugestão, mas quem decide não somos nós, então, raramente o que a gente defende o governo encampa. O que teve até agora, mas aí foi na época do Lula, é essa política do salário mínimo, que fez a gente sair de um salário mínimo de 100 dólares pra mais de 300 dólares. Então, do ponto de vista democrático, nós não temos do que reclamar. Nós participamos até demais, não damos nem conta de tanto conselho, tem conselho pra absolutamente tudo. Agora, esses conselhos normalmente não são consultados (Dirigente da CTB, 2013).

Já a UGT entende a participação nesses organismos como parte do papel cidadão do sindicalismo em construir junto ao governo e aos empresários o desenvolvimento. Nesse sentido, coloca-se lado a lado e no mesmo campo que

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

os patrões, vistos como “produtores” (UGT, 2011). Sua análise não passa por uma avaliação crítica dos impactos do formato destes espaços sobre o processo decisório:

Não basta participar, a UGT deve ter um papel propositivo e atuar de forma consciente diante dos problemas que se apresentam. É fundamental a ampliação da nossa presença nesses fóruns, é crucial a ampliação da nossa representação política. Isso porque nenhuma luta econômica, por mais vigorosa que seja, pode trazer aos trabalhadores uma melhoria estável se nós tivermos uma baixa representação nos parlamentos e executivos. E para que isso ocorra, não basta a luta econômica. É preciso a luta política em torno de um projeto democrático de transformação da sociedade. (...) A luta pela conquista de nossos objetivos é uma luta essencialmente política. Isso significa (...) conquistar influencia nos assuntos públicos, na direção dos parlamentos e dos executivos, na promulgação das leis (UGT, 2011).

A participação institucional foi uma das formas predominantes de ação das centrais sindicais nos governos petistas, porém a eficácia desta atuação, em termos do aumento da capacidade de negociação da agenda dos trabalhadores junto ao governo, mostrou-se bastante limitada (ARAÚJO, VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014; GALVÃO, 2014; CARDOSO, 2015). Apesar das centrais terem defendido uma ampla pauta de reivindicações, como a redução da jornada de trabalho, o fim do fator previdenciário, o fim da demissão imotivada, grande parte de suas demandas não teve lugar nas negociações com o governo (GALVÃO, 2014). Isso levou a bibliografia a interpretar a sua participação nestes espaços desde a perspectiva de uma perda de protagonismo do movimento sindical neste período (ARAÚJO, VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014) até de uma forma de cooptação do sindicalismo pelo governo (DRUCK, 2006).

Apesar disso, é importante salientar, que a conquista de determinadas propostas do movimento sindical na década de 2000 foi resultado dos processos

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

de negociação estabelecidos entre grande parte das centrais sindicais e os governos de Lula. Como demonstra Galvão (2014, p. 109), a maioria das centrais sindicais, com intensidades diferentes, apoiou os governos petistas: CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CGTB, NCST e CSB. Duas importantes demandas sindicais foram garantidas neste período: a própria Lei de Reconhecimento das Centrais Sindicais e a política de valorização permanente do salário mínimo.

Em relação à primeira, sua negociação integrava uma proposta mais ampla de reforma sindical que, inicialmente, tramitou no CDES e, em seguida, no FNT. Em função das divergências entre governo, empresários e trabalhadores, e também entre estes últimos, não foi possível obter no âmbito do Fórum um acordo a respeito do conteúdo da reforma. Diante do impasse, o governo decidiu realizar uma reforma sindical por partes e através de pequenas medidas, apresentando ao Congresso Nacional apenas o Projeto de Lei de reconhecimento das Centrais Sindicais, que foi aprovado. Apesar da discussão desta medida ter passado pelos espaços de diálogo social, a sua aprovação não foi produto de um consenso ali gerado como era o esperado pelo governo.

Já a política de valorização do salário mínimo foi resultado da ação articulada entre as centrais sindicais, que realizaram três marchas à Brasília em 2004, 2005 e 2006, promovendo uma campanha nacional pelo aumento de seu valor base (ARAÚJO, VÉRAS DE OLIVEIRA, 2014). A política, que vem sendo aplicada desde 2008, prevê o reajuste anual do salário mínimo de acordo com o índice de inflação do ano anterior (INPC) mais um aumento real correspondente à variação do PIB dos dois anos anteriores (KREIN, SANTOS, NUNES, 2012). Neste caso, a formulação e aplicação da medida estiveram relacionadas à mobilização conjunta das centrais com o objetivo de influenciar a política do governo favoravelmente aos trabalhadores.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

A ação política desenvolvida pelas centrais para além dos fóruns e espaços de participação está também vinculada à relação que elas estabelecem com determinados partidos, com o governo e com a disputa no Parlamento. No caso da CTB, identificamos, tanto através de pesquisas em seu 2º Congresso como do depoimento de seu próprio dirigente, a predominância de militantes oriundos dos seguintes partidos: PC do B, PSB<sup>16</sup>, PT e PDT. Desde sua criação, a central tem desenvolvido uma atuação política principalmente vinculada aos governos do PT, do qual compôs a base durante todo o período, atuando por dentro do governo que considera “em disputa”:

[...] uma coisa é você ganhar o governo, que foi o que aconteceu com o Lula e com a Dilma, outra coisa é vc estar no poder. Então, nem o Lula nem a Dilma estão no poder. Estão no governo, então, o governo é um instrumento de disputa [...]. Você tem o parlamento, infelizmente, a maioria do parlamento é ligado a banqueiro, a latifundiário, ligado a empresários. A bancada dos trabalhadores no congresso é a menor que tem. Então, se nós quisermos ter alguma chance de evolução das reivindicações dos trabalhadores, você tem que fazer uma disputa ferrenha no parlamento e dentro do próprio governo. Nós tínhamos no governo Lula e temos no governo Dilma as duas opiniões, que defendem cada lado um projeto diferente para o Brasil. Então, o movimento sindical defende um projeto pro Brasil e tem que disputar pra ganhar essa batalha, inclusive dentro do governo e dentro do congresso. Então ano que vem tem essa eleição, evidentemente vai determinar, nós esperamos que esse projeto que está no governo saia vitorioso, agora nós queremos que o governo da presidenta Dilma avance. Do que depender das centrais, a presidenta Dilma tem o apoio nosso. [...] portanto, o governo, que nós ajudamos a eleger e que nós cobramos sempre a posição mais avançada sob pena de uma grande frustração, porque com 12 anos você já teria tempo suficiente

---

<sup>16</sup> Na pesquisa realizada no 2º Congresso da CTB, 72,4% dos delegados eram filiados ao PC do B, 9,3% ao PSB e 8,8% ao PT (GALVÃO, MARCELINO, TRÓPIA, 2015, p. 191).

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*  
pra fazer alterações que outros países da América do Sul já fizeram (Dirigente da CTB, 2013).

Já a UGT possui uma composição mais plural de partidos, o que fez com que ela, mesmo tendo uma visão positiva dos governos petistas, optasse por não dar nenhum apoio direto aos candidatos à presidência da República. Ao contrário, a UGT se posicionou criticamente à realização do Conclat de 2010, por ver essa atividade como associada à campanha pela eleição de Dilma.

A UGT é plural, temos pessoas de todos os partidos. Então, quando o governo acerta, nós apoiamos. Quando o governo erra, criticamos. Somos ferozes contra a política monetária do governo, contra a desoneração da folha de pagamento sem contrapartida, contra os juros elevados. Temos críticas e, ao mesmo tempo, valorizamos a presidente Dilma quando ela tem projetos para tirar milhões de pessoas da miséria, tem projetos para inclusão social, contra a discriminação e a violência contra a mulher. A relação institucional da UGT é de respeito, mas é uma relação não adesista, não chapa-branca (PATAH, 2013).

Sobre a relação com os partidos políticos, do total de delegados que responderam à questão sobre filiação partidária no 2º Congresso da UGT, 55% não eram filiados a partido político e 45% eram: 23% eram vinculados ao Partido dos Trabalhadores – PT; 12% ao Partido Popular Socialista – PPS; e 11% ao Partido Democrático Trabalhista – PDT. Ainda 10% declararam filiação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; 7%, ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; e 5%, ao Partido Verde - PV. A cada um dos demais Partidos eram filiados menos de 5% (DIEESE, 2011). Essa configuração se alterou certamente com a criação do PSD e a filiação do presidente da central, Ricardo Patah, a esse partido em 2011, bem de outros dirigentes importantes ligados a essa central. Apesar disso, a UGT ainda preserva um discurso que reivindica o pluralismo político.

Eu acho que a UGT acabou entrando num nicho que sempre existiu no sindicalismo brasileiro, mas que ele não

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

era muito visível. [...]. Então eu acho que a UGT foi a primeira central realmente de centro no Brasil, [...] sem muito radicalismo, sem vinculação partidária e acho que isso propiciou, porque tem público pra isso [...] tem sindicato que não gosta de estar atrelado a partido político, que não gosta de uma visão ideológica. [...] Então, esse pluralismo está de fato exercido. Tanto que na eleição da Dilma, tinha gente que era Dilma, tinha gente que era Marina e tinha gente que era José Serra (Dirigente B da UGT, 2013).

Cabe destacar, por fim, que a UGT possui uma política aberta de incentivo à ocupação do Parlamento como parte da sua atuação política: “Isto porque, é claro pra nós, que nenhuma luta econômica, por mais vigorosa que seja, pode trazer aos trabalhadores uma melhoria estável se tivermos uma baixa representação nos parlamentos e executivos. [...] Nesse sentido, a UGT propõe que todas as suas executivas estaduais preparem sindicalistas para as eleições municipais, estaduais ou nacionais” (UGT, 2015, p. 246-247).

*Estratégia de coalisão*

Apesar das diferenças político-ideológicas, com o seu reconhecimento formal, as centrais sindicais passaram a se organizar em diferentes espaços institucionais e políticos para promover ações e pautas conjuntas. Esse movimento de unificação em uma frente de ação – já que não se fundem numa única organização – ganhou forma em várias atividades, como as marchas da Classe Trabalhadora à Brasília e as campanhas contra o fator previdenciário e pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Já em 2004, CUT, Força Sindical, CGT, CGTB, SDS e CAT realizaram a primeira Marcha da Classe trabalhadora, enfatizando temas como a redução da jornada sem redução de salário, a luta pelo trabalho decente e reforçando a unidade de ação do

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

movimento. Desde então, as centrais sindicais passaram a realizar anualmente essas marchas à Brasília, com exceção do período entre 2010 e 2012. Neste mesmo ano, conforme mencionamos, foi firmado o acordo com o Governo Federal que impulsionou a aprovação da Lei 12.382, de março de 2011, que estabeleceu a política de valorização do salário mínimo até 2015.

As ações unificadas entre as centrais serviram principalmente para estabelecer uma pauta de negociação com o governo federal e articular algumas mobilizações em torno de reivindicações que são importantes para os trabalhadores, mas que não representavam uma ameaça ao projeto governamental estabelecido. Além disso, parte dessas pautas esteve referenciada em reivindicações históricas do movimento sindical brasileiro, como a de redução da jornada e as de ratificação das convenções da OIT, enquanto outras eram genéricas, a exemplo da defesa do “desenvolvimento com valorização do trabalho”. Apesar da moderação das pautas, estas ações demonstraram alguma atividade de mobilização, o que pode ser interpretado como uma demanda das bases e mesmo uma maneira de se diferenciar das Confederações, reafirmando seu papel de representação do conjunto da classe trabalhadora.

Somam-se a esses eventos dois outros acontecimentos importantes: a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), realizada em 01 de junho de 2010, no Pacaembu, em São Paulo, com a participação de CGTB, CTB, CUT, FS e NCST, e as articulações ocorridas em 2015 contra as medidas provisórias 664 e 665<sup>17</sup> e a regulamentação da terceirização através do PL4330/2004, atual PL 35/15. Importante destacar nesses eventos as diferenças entre as centrais. A Conclat não contou com o apoio da UGT, que julgou o

---

<sup>17</sup><http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/02/ministros-analisam-estudo-de-centrais-sindicais-sobre-medidas-provisorias>.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

evento abertamente vinculado à candidatura de Dilma. Já no caso do debate sobre a regulamentação da terceirização, a Força Sindical apoiou oficialmente e entusiasticamente o projeto de lei e a UGT, por certo período, teve postura bastante oscilante, já que um de seus integrantes, Roberto Santiago, havia participado do processo de formulação do PL no Congresso.

No que se refere à articulação da CTB e da UGT com organizações para além do campo das centrais sindicais, observamos que esta não é uma estratégia privilegiada por elas. Com relação à CTB, já pontuamos que o seu crescimento tem sido em direção aos sindicatos rurais, o que a colocou em uma situação de disputa com a CUT pela filiação da Contag. Em seu Congresso de fundação, a central aprovou o documento “Luta por um novo modelo de desenvolvimento do espaço rural”, o qual traz como reivindicações principais a democratização do acesso à terra através de uma ampla reforma agrária e a valorização dos assalariados rurais e da agricultura familiar. Com relação à representação sindical rural, a central defende a manutenção da unicidade, o que, somado à presença de lideranças da Contag em sua fundação (CTB, 2009, p. 12) pode ser uma hipótese para explicar a não aproximação entre a central e os movimentos sociais do campo não sindicais.

Em pesquisa feita pelo Dieese (2011), cerca de 40% dos delegados da UGT possuíam participação em movimentos religiosos, 30% em associações comunitárias (de moradores/bairro) e 17,4% em organizações de caráter esportivo. Estas foram as três principais categorias de movimentos sociais apontados pelos participantes. Em relação ao vínculo da UGT ONGs e associações comunitárias, a central reconhece a existência da “organização de moradores de bairro e favelas do Brasil” e convidou diversas ONGs a participarem de seu 2º Congresso. Estas organizações e movimentos teriam a tarefa de contribuir para a diminuição do cenário de injustiça social, ampliando

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

as condições de geração de trabalho e renda, e, com isso, contribuir para a construção de seu projeto de sindicalismo cidadão, ético e inovador.

Já com relação aos movimentos religiosos, a UGT defende ainda o desenvolvimento do protagonismo desses movimentos através da inclusão social pela via do empreendedorismo (UGT, 2011, p. 170-172). Ainda no âmbito dessas articulações, a UGT do estado de São Paulo tem sido uma importante impulsionadora do “Movimento Nós Podemos”, uma iniciativa “da sociedade civil, composta por empresas, governos e organizações”, que tem como objetivo promover ações para que o Brasil consiga atingir até 2015 os oito Objetivos do Milênio.

**Considerações finais: é possível falarmos em revitalização sindical no Brasil?**

Ao longo do artigo, buscamos evidenciar que tanto a atuação da CTB quanto a da UGT deram ênfase para o desenvolvimento das estratégias de organização, parceria social e ação política. Contudo, verificamos que elas assumiram contornos distintos em cada uma das centrais. No caso da estratégia de organização, que se refere principalmente à ampliação da base filiada, a ação da UGT esteve voltada para os trabalhadores que se concentram no setor de serviços, com destaque para os comerciários. Diferentemente, a CTB teve sua base acrescida a partir da filiação de sindicatos rurais, beneficiando-se possivelmente do aumento da sindicalização rural no Brasil ocorrido nas últimas décadas.

A parceria social, apesar de estar presente na atuação de ambas, é avaliada positivamente pela UGT, que considera os espaços de participação como centrais na ação do sindicalismo. A CTB, por sua vez, apresenta um discurso

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

crítico que destaca os limites desses espaços. Com relação à ação política, as centrais diferem quanto a sua relação com os partidos e com o governo. A UGT se relaciona com um amplo leque de partidos e possui uma política de incentivo à candidatura de seus quadros a cargos políticos. Além disso, advoga uma posição de independência frente ao governo. A CTB, de outro modo, se relaciona com um leque mais restrito de partidos (principalmente o PCdoB), possui grande proximidade com a CUT e pertenceu à base dos governos do PT desde o primeiro mandato de Lula.

De modo geral, portanto, estas duas novas centrais sindicais articulam sua tradição ideológica e suas estratégias resultando numa atuação que, se por um lado converge na defesa da estrutura sindical e na participação nos espaços de diálogo social, por outro, se diferencia em sua relação com o governo, partidos políticos e, principalmente, com os setores da classe trabalhadora que procuram representar. Acreditamos que o crescimento dessas centrais nas referidas categorias pode abrir espaço para novas demandas e fortalecer as atuais, contudo uma maior competição na cúpula sindical não coincide necessariamente com o aumento da mobilização das bases, principalmente em um cenário em que a estrutura sindical mantém-se inalterada, conforme apontaram Galvão (2014) e Cardoso (2015). Além disso, mesmo a intensa participação institucional e a atuação conjunta entre as centrais não foram suficientes para impor ao governo federal a agenda do movimento sindical ou garantir que a participação lhes desse poder real de decisão sobre as políticas públicas. Portanto, o processo de reorganização sindical, apesar de ter dinamizado a cúpula do sindicalismo, não parece apontar para uma revitalização no sentido de uma recuperação ou aumento do poder dos sindicatos diante dos demais atores sociais.

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

Por fim, destacamos algumas questões em relação ao referencial teórico utilizado que exigem maiores esforços de reflexão. A primeira delas diz respeito ao nível da análise, uma vez que as categorias foram construídas a partir da ação dos sindicatos de base e nossa proposta tem como focos centrais sindicais, ou seja, organismos de cúpula. Essa observação é relevante, sobretudo por conta da especificidade brasileira, em que as centrais não possuem poder de negociação coletiva, fazendo com que sua capacidade de influência e sua ação sejam preferencialmente canalizadas para o sistema político (CARDOSO, COMIN, 1997). Deste modo, cabe indagar: como avaliar o impacto das estratégias adotadas pelas centrais em suas bases? Uma segunda questão refere-se à especificidade do contexto nacional. Ao olharmos para a atuação das centrais sindicais, podemos perceber na realidade brasileira outras estratégias, além daquelas construídas pela teoria da revitalização, que tem dinamizado o movimento sindical? Em outras palavras, haveria alguma categoria mais apropriada para entender as estratégias do sul global?

### Referências

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, 2014, p. 325-357.

ANTUNES, R. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Ed. Brasil Urgente, 1991.

ARAÚJO, A. M. C.; VÉRAS DE OLIVERIA, R. O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (Org.). **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte, Fino Traço, 2014, p. 29-59.

**Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia**, v. 7, n. 2, 2017

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

BALTAR, P.; KREIN, J. D. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado de trabalho no Brasil. **CADERNO CRH**. Salvador, v. 26, n. 68, 2013, p. 273-292.

BOITO Jr., A. **O Sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas (SP): Edunicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_.; MARCELINO, P. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Caderno CRH**. Salvador, v. 23, n. 59, 2010, p. 323-338.

CARDOSO, A. M. A filiação sindical no Brasil. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582001000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000100003). Acesso em: 06 de jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. **Caderno CRH**. Salvador, v. 28, n. 75, set/dez., 2015, p. 493-510.

CARDOSO, A. M.; COMIN, A. A. Centrais sindicais e atitudes democráticas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 40/41, ago., 1997, p. 167-328.

DIEESE. **Relatório final – Perfil dos participantes do 2º Congresso Nacional Ordinário da UGT**, novembro de 2011, mimeo.

\_\_\_\_\_. **Importância da organização sindical dos trabalhadores**. Nota técnica, nº 177, abr., 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec177ImportanciaSindicatos.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

DRUCK, G. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. **OSAL, Observatorio Social de America latina**, ano VII, n. 19, CLACSO, Consejo latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina, jul., 2006.

FREGE, C.; KELLY, J. **Varieties of unionism**: strategies for union revitalization in a globalizing economy. Oxford Scholarship, 2004.

GALVÃO, A. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Outubro**, São Paulo, v. 18, 2009, p. 175-197.

**Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

\_\_\_\_\_. O movimento sindical no governo Lula entre a divisão e a unidade. In: **VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo**, Cidade do México, 2010.

\_\_\_\_\_. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 38, 2014, p. 103-117.

\_\_\_\_\_. ; MARCELINO, P.; TRÓPIA, P.V. **As bases sindicais das novas centrais sindicais brasileiras**. Curitiba/PR, Appris, 2015.

KREIN, J. D. **As tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. 2007. 329 f. Tese (doutorado em Economia Aplicada) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_.; SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. Texto para discussão, **Instituto de Economia da Unicamp**, 201, fev., 2012.

LEMOS, P. R. **Entre o mercado e a sociedade: o sindicalismo da união geral dos trabalhadores (UGT)**. 2014. 134 f. Dissertação (mestrado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

MEDEIROS, L. S. O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. (Org.). **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014, p. 247-282.

NORONHA, E. G. O modelo legislado de relações de trabalho no Brasil. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 43, 2000. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S00115258200000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00115258200000200002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 09 de jul. 2016.

POCHMANN, M. Adeus à CLT? **Novos Estudos**, São Paulo, n. 50, mar., 1998, p. 149-166.

TURNER, L. Why revitalize? Labour's urgente mission in a contested global economy. In: FREGE, C.; KELLY, J. **Varieties of unionism: strategies for union revitalization in a globalizing economy**. Oxford Scholarship, 2004.

RODRIGUES, L. M. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002.

**Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

RODRIGUES, I. J.; RAMALHO, J. R. Novas configurações do sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados. *Contemporânea*, v. 4, n. 2, jul/dez, 2014, p. 381-403.

\_\_\_\_\_. ; LADOSKY, M. H. G. Paradoxo do sindicalismo brasileiro: a CUT e os trabalhadores rurais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 95, mai/ago, 2015, p. 95-87.

***Entrevistas***

Entrevista com o “Dirigente A da UGT” concedida a Patrícia Rocha Lemos em São Paulo no dia 22/03/2013.

Entrevista com o “Dirigente B da UGT” concedida a Patrícia Rocha Lemos em São Paulo no dia 20/11/2013.

Entrevista com o “Dirigente da CTB” concedida a Patrícia Rocha Lemos e Ellen Gallerani Corrêa em São Paulo no dia 09/08/2013.

Entrevista com Ricardo Patah, *Diário de São Paulo*; 09/12/2013, disponível em: <http://www.ugt.org.br/index.php/post/6587-UGT-defende-lei-que-discipline-terceirizacao>.

***Documentos Sindicais***

CTB. Princípios e objetivos da CTB, fevereiro de 2008.

CTB. Desenvolvimento com valorização do trabalho. Textos e documentos da CTB. São Paulo, fevereiro de 2008.

CTB. Unidade para enfrentar a crise. Textos para debate: 2º Congresso da CTB, São Paulo: setembro de 2009.

PATAH, Ricardo. Discurso de abertura do 2º Congresso Nacional da UGT, 2011.

UGT. Resoluções – 2º Congresso Nacional da UGT, 2011.

UGT. Brasil: é hora das reformas. Resoluções do 3º Congresso Nacional. São Paulo: junho de 2015.

**Crítica e Sociedade:** revista de cultura política, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017

As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização  
do sindicalismo brasileiro  
*Patrícia Rocha Lemos*  
*Ellen Gallerani Corrêa*

**Resumo:**

*As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização do sindicalismo brasileiro*

A partir da teoria da revitalização sindical, analisamos a atuação de duas centrais sindicais brasileiras criadas em 2007: a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT). Considerando as estratégias desenvolvidas, identificamos que tais centrais desenvolveram uma participação ativa nos espaços de diálogo social e têm crescido em categorias tradicionalmente pouco atuantes ou com pouca influência política no sindicalismo brasileiro. Contudo, argumentamos que estes elementos não são suficientes para evidenciar um processo de recuperação do poder sindical no Brasil na última década.

Palavras-chave: sindicalismo, centrais sindicais, revitalização.

**Abstract:**

*The strategies of the new union confederations and the debate about the revitalization of Brazilian trade unionism*

Based on the theory of union revitalization, we analyze the performance of two Brazilian national union confederations, both created in 2007: the Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) and the União Geral dos Trabalhadores (UGT). Considering their strategies we have identified that these organizations have developed an active participation in spaces of social dialogue and have grown inside categories of workers that are traditionally less politically active. Despite these elements, we will demonstrate how it is not sufficient evidence of a union power recover in Brazil in the last decade.

Keywords: trade unionism, union confederations, revitalization.